



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação, em caráter emergencial, de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A contratação visa atender às necessidades da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE – PR/AC quanto à aquisição emergencial de material de consumo para melhoria do parque computacional da PR/AC, a fim de garantir uma atuação eficiente e segura do Órgão em prol da população. Nesse sentido, o parque computacional desta Unidade Ministerial conta com relevante quantidade de equipamentos com mais de 10 (dez) anos de uso, apresentando relevante queda de desempenho de funcionamento, isso sem falar em alguns dos equipamentos que estão parados no aguardo de substituição de componentes. Tais situações repercutem na atividade institucional do MPF, tendo em vista que os usuários desses equipamentos, que estão distribuídos em diversos setores da PRAC, acabam tendo sua atuação funcional prejudicada pela queda de desempenho de seus equipamentos, razão pela qual se faz necessário fazer um *upgrade* de memória nos equipamentos mais antigos, bem como troca de memória nos equipamentos que necessitam dessa reposição. Ademais, busca-se, dentro dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

limites orçamentários, garantir a qualidade de vida no trabalho (QVT) e fomentar um bom ambiente institucional, com atenção a critérios de sustentabilidade e de razoabilidade.

Justificativas da área requisitante CTIC:

1) **MEMÓRIA RAM 16GB:** Realizar *upgrade* dos *desktops* Modelo Positivo Master Mini Pro C8200, a fim de otimizar o desempenho da memória no processamento de documentos, planilhas e acessos aos Sistemas Institucionais hoje tudo em nuvem, haja vista a necessidade de substituição de Memória em diversos equipamentos desta Unidade, que estão com problemas de funcionamento em virtude de vários defeitos já detectados no referido componente. Por tanto, faz-se necessário tal melhoria proporcionando maior agilidade e eficiência dos trabalhos realizados;

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida não consta no Plano Institucional de Demandas (PID), bem como no Plano Anual de Contratações da Procuradoria da República do Estado do Acre. No entanto, a contratação pretendida encontra amparo legal, nos termos do artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 c/c o artigo 11, inciso II, da Portaria PGR/MPU nº 38/2023, que autoriza aquisições mesmo que não estejam registradas no Plano de Contratações Anual da Unidade, nos casos de atendimento de situações das quais possam ocasionar prejuízo à continuidade de serviços públicos.

As demandas aqui previstas foram oficializadas por meio dos DOCUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD).

Objetivos Estratégicos:

- 10. Aprimorar os processos de trabalho, conferindo-lhes utilidade e eficiência;
- 15. Garantir a efetividade das ações de qualidade de vida e de bem-estar no trabalho presencial e remoto;
- 19. Intensificar a interação e cooperação com os demais ramos do Ministério Público e demais instituições públicas, com foco na troca de experiências, na eficiência e na economicidade;

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Contratação de fornecedores de material de consumo destinados a atender a Procuradoria da República no Estado do Acre conforme as especificações a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

MEMÓRIA RAM 16GB, DDR4, 2400 MHZ, SO-DIMM para mini-desktop. Compatível com Computador Positivo Master MiniPro C8200, 9ª Geração. Processador Intel Core. Modelo/Marca de Referência: Marca: Corsair. Modelo: CMSX16GX4M1A2400C16, similar ou superior.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades sugeridas para a aquisição foram determinadas levando-se em conta levantamento de computadores com problemas de hardware (memória RAM), cuja troca se faz necessária, para manutenção e bom funcionamento dos equipamentos.

Item	Descrição	U.M.	Qty. levantada
01	MEMÓRIA RAM 16GB, DDR4, 2400 MHZ, SO-DIMM	Und	50

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021). Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

Solução 1: Adesão a Ata de Registro de Preços - Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para aquisição das necessidades previstas neste ETP. Vantagens: Economia de tempo e recursos: Em vez de passar por todo o processo licitatório, que pode ser demorado e custoso, as instituições podem simplesmente aderir a uma ARP já existente, economizando tempo na busca por fornecedores e na avaliação de propostas; Redução da burocracia: A burocracia envolvida em licitações públicas é muitas vezes complexa e onerosa. A adesão a uma ARP simplifica significativamente esse processo, permitindo que os órgãos governamentais atendam às suas necessidades de aquisição com menos papelada e trâmites burocráticos; As ARPs são resultadas de processos licitatórios anteriores, nos quais os fornecedores competem para oferecer os melhores preços e condições. Isso significa que as instituições governamentais que aderem a uma



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

ARP podem se beneficiar de preços mais competitivos, obtendo melhores negócios em comparação com a aquisição individual. Desvantagens: No caso desta ETP haverá uma dificuldade em encontrar várias atas de registro vigente para as demandas necessárias; Dificuldade de obter aceitação a adesão das atas vigentes com os objetos de acordo com as necessidades da PR-AC; Dificuldade de encontrar ARPs que permitam carona.

Solução 2: Sistema de Registro de Preço - conjunto de procedimentos adotados pela Administração para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. Vantagens: quando houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração; for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas. Desvantagens: a contratação é realizada a cada pedido de baixa, por meio da emissão de empenho em nome da contratada, desde que demonstrada a sua regularidade fiscal.

Solução 3: Dispensa Eletrônica com fornecimento integral do quantitativo estimado – modalidade de contratação prevista no artigo 75, incisos II e VIII, da Lei nº 14.133/2021, aplicável às hipóteses legais cabíveis, permitindo disputa eletrônica simplificada, com maior celeridade e redução de custos administrativos. No que diz respeito à contratação direta (artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021), constata-se a sua impossibilidade, haja vista que todas as propostas coletadas estão acima do valor estimado para a contratação. Nesse sentido, faz-se necessária a realização de disputa eletrônica simplificada (artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) para a aquisição dos itens em contratação. Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades da unidade é a Solução 3: Dispensa Eletrônica com fornecimento integral do quantitativo estimado, tendo em vista que o objeto possui especificações técnicas definidas, quantitativo previamente estimado e previsão orçamentária disponível, sendo possível obter competitividade e economicidade mediante disputa eletrônica simplificada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

O valor total estimado é R\$ 46.400,33 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais e trinta e três centavos), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	MEMÓRIA RAM 16GB, DDR4, 2400 MHZ, SO-DIMM	50	R\$ 928,01	R\$ 46.400,50

A memória de cálculo do valor estimado consta no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS (PR-AC-00002922/2026) parte integrante do processo de aquisição - PGEA: 1.10.000.001407/2025-19.

Os documentos que dão suporte à pesquisa de preços estão na íntegra complementar ao Mapa Comparativo de Preços citado acima.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades da unidade é a Dispensa Eletrônica com fornecimento integral do quantitativo estimado, permitindo maior celeridade processual, redução de custos administrativos e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

A formalização do vínculo poderá ocorrer por meio de Nota de Empenho, podendo ser celebrado contrato administrativo, caso necessário para garantir maior segurança jurídica.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Com esta contratação, pretende-se assegurar adequação da infraestrutura necessária para a realização das atividades da Procuradoria da República no Estado do Acre, com aquisição de componentes para manutenção dos equipamentos do parque computacional desta Unidade Ministerial, que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, bem como a melhoria da segurança institucional, visando proporcionar um ambiente adequado e seguro. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

9 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Designação de servidores para os encargos de Gestores, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, titular e substituto, para acompanhar a execução do objeto contratado, verificando a conformidade no fornecimento de materiais e a alocação dos recursos materiais empregados.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não se aplica por não haver outras contratações correlatas ou interdependentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovação oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética). Além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos. Serão solicitados critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores de acordo com diplomas legais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000. Poderá a Administração, a seu critério e no transcurso do prazo de vigência do Termo de Contrato, exigir a apresentação de certificação e/ou comprovação de atendimento à legislação ambiental para os produtos oferecidos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/PRAC

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

De todo o exposto no presente ETP, declara-se a viabilidade da solução ora escolhida sob a justificativa de que a mesma se apresenta como a mais viável e econômica no âmbito do MPF, considerando tratar-se de bem comum com especificações definidas e quantitativo previamente estimado, sendo adequada a realização por meio de Dispensa Eletrônica, garantindo celeridade, eficiência e economicidade.

13. RESPONSÁVEIS

CÍCERO DE OLIVEIRA SABINO, matrícula: 6802-1. Cargo: ANALISTA DO MPU/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RENATA DOMINGUES DE SANT'ANNA, matrícula: 29593. Cargo: TÉCNICA DO MPU/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ao final da elaboração dos Estudos Preliminares, a Administração deve avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AC-00007012/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

.....
Signatário(a): **CICERO DE OLIVEIRA SABINO**

Data e Hora: **25/03/2026 17:17:36**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RENATA DOMINGUES DE SANT ANNA**

Data e Hora: **25/03/2026 17:22:00**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CASSIOS MAIA CARVALHO**

Data e Hora: **25/03/2026 18:16:27**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave d4ad1a6b.95e30c96.294d45df.0d835ca1